



The Fighting Temeraire, Joseph Mallord William Turner, National Gallery, Londres, 1838

O navio está sendo puxado por um rebocador fumarento para sua última viagem: o porto onde será desmontado para ser vendido como lenha. Triste fim para uma orgulhosa nave capitã da frota inglesa. Imagem simbólica de mudança estrutural da vela para o vapor, isto é, da força da Revolução Industrial.

AS RELAÇÕES EXTERNAS DO BRASIL EM LULA 3¹

Luiz Afonso Simoens da Silva

Introdução

A dissolução da União Soviética ocorreu em novembro de 1991. Os anos finais do milênio passado foram intensos. Foi uma época em que parecia fazer sentido falar-se em vitória contundente do liberalismo sobre o mundo socialista. Palavras e expressões como *globalização*, *desregulamentação*, *fim da História*, todas retiradas do cardápio neoliberal, se popularizaram em seu significado de que a economia e a política liberais haviam conquistado os corações e as mentes do mundo. E, no entanto, foi um período de instabilidade na periferia do sistema, particularmente nos países emergentes da Ásia e da América Latina, nos dez anos seguintes a 1995, que antecipou a crise global iniciada em 2007. Ou seja, foi o tempo suficiente para se passar do sentimento de vitória para o de fracasso. Hoje, já se sabe que todas essas quebras estavam interconectadas e que talvez se possa dizer com Rugitsky (dez.2022), que o neoliberalismo “ainda mantém sua capacidade de dominar, mas perdeu a habilidade de persuadir”.

¹ Artigo concluído em 31.08.2023.

A primeira seção deste texto trata das grandes transformações nas relações financeiras internacionais entre países avançados e emergentes, na virada do milênio. Inovações financeiras nos fluxos privados levaram a um aumento dramático no volume de capitais disponíveis no mercado. Como consequência, o padrão histórico de financiamento dos países em desenvolvimento se alterou. A abundância de capitais privados estimulou a retração de recursos oficiais, particularmente do Fundo Monetário Internacional (FMI), até então o indisputado prestador-de-última-instância para os países com problemas de balanço de pagamentos. A ênfase dessa seção é posta nos graves problemas trazidos pela volatilidade dos fluxos privados, que atingiram países até então vistos como modelos de gestão macroeconômica responsável. As discussões da época colocaram em xeque o próprio papel atual das instituições criadas em Bretton Woods para administrar as relações de comércio do pós-2ª Guerra Mundial.

A segunda seção trata das principais reações ao novo quadro de desregulamentação dos fluxos internacionais de capitais. Severamente atingida pela Crise Asiática, na segunda metade da década de 1990, foi naquela região que começaram os estudos que levaram à criação de instrumentos locais de defesa. Mais adiante, em 2007, já no contexto da crise econômica global, a Zona do Euro também teve de enfrentar o ataque a seus países financeiramente mais frágeis, por conta do perigo de que tais ataques pudessem atingir suas nações mais poderosas. Por último, o BRIC, mais tarde BRICS, também tomou a iniciativa de criar instrumentos de defesa, a partir de 2014-2015. Embora as crises Asiática e da Zona do Euro tenham tido dimensão maior, o BRICS chamou atenção por se tratar de um acordo não-regional, algo até então inédito.

A terceira seção coloca algumas questões de importância para os países da América do Sul, região também afetada no início do século XXI e que pouco avançou na criação e desenvolvimento de soluções para os desequilíbrios internacionais. No início de seu terceiro mandato, o presidente Lula parece ter percebido que o mundo mudou com relação aos anos iniciais de seu primeiro mandato. Como consequência, foi dada importância para as questões políticas e econômicas na esfera internacional. Viagens frequentes mostraram a urgência com que ele pretendeu apagar a imagem de *pária* atribuída ao país na gestão anterior e reconquistar o protagonismo que a diplomacia brasileira havia longamente construído com seus quadros profissionais.

A abrangência dos temas é ampla, mas aqui só se vai tratar das relações do Brasil com seus vizinhos, no que diz respeito a (1) ampliação do Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML), um instrumento até agora pouco utilizado. Ainda de interesse dos países da região é (2) o futuro que será dado à composição do BRICS, por conta de sua

atuação nas esferas monetária e de financiamento a projetos de desenvolvimento, assunto que está na pauta de seus integrantes e de outros países. Finalmente, (3) outra proposta foi a da reabertura de discussões abrangentes com os presidentes regionais e, em especial, com os oito países que compõem a *região amazônica*. Este é um tema relevante por envolver os países amazônicos nas questões ambientais.

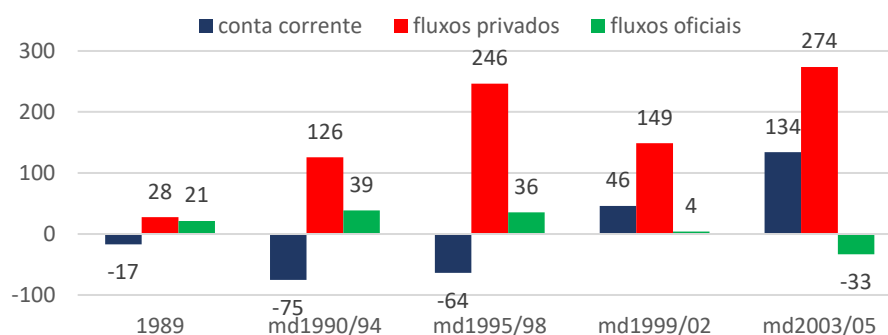
1. Transformações institucionais e crises financeiras na virada para o século XXI

No final do século XX, grandes transformações apontavam para o fim das regras impostas em Bretton Woods, ao final da 2ª. Guerra Mundial, que, em nome da estabilidade dos mercados, defendia o fortalecimento dos Estados Nacionais e buscava impedir especulação nas operações internacionais de comércio. Seus pilares básicos foram a determinação de taxas de câmbio administradas, taxas de juros fixas e controle dos fluxos financeiros internacionais de curto prazo. Seus instrumentos foram a criação do Fundo Monetário Internacional (FMI), voltado à correção dos desequilíbrios dos balanços de pagamentos dos países-membros, e do Banco Mundial, que se destinava à reconstrução da Europa e do Japão. A ideia subjacente era abrir os portos do mundo ao comércio livre de impérios coloniais.

O passar dos anos trouxe menos intervenção dos Estados e mais mercado: taxas de câmbio flutuantes, taxas de juros variáveis e abertura dos mercados aos fluxos financeiros internacionais. O FMI introduziu, a partir de 1989, um conjunto das condicionalidades impostas aos países emergentes em seus empréstimos oficiais. Aquilo que passou a ser conhecido como Consenso de Washington foi uma síntese macroeconômica que mudou os parâmetros de Bretton Woods, em favor de práticas que disciplinassem o equilíbrio fiscal, promovessem a privatização de empresas estatais, a abertura comercial e financeira e a desregulamentação das leis trabalhistas.

Nos vinte anos, entre as décadas de 1980/90, foram introduzidas inovações financeiras nos fluxos internacionais privados e o volume de sua negociação aumentou dramaticamente. As principais foram as securitizações e os derivativos. Os empréstimos privados avançaram nos mercados emergentes, mudando a forma de financiamento externo: seus déficits em conta corrente, tradicionalmente compensados por empréstimos dos Organismos multilaterais, foram se convertendo em superávits e a fartura de financiamentos privados tornaria desnecessário o financiamento oficial (gráfico a seguir).

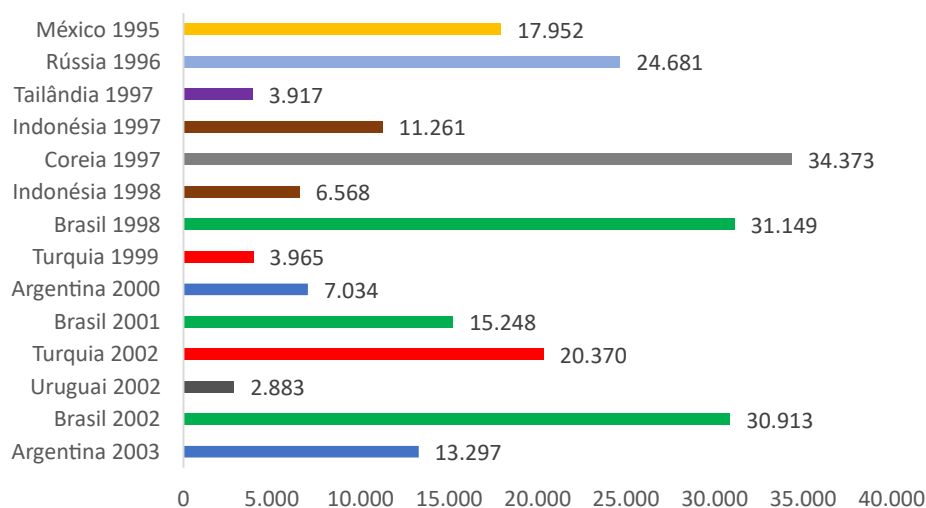
Financiamento externo dos Mercados Emergentes US\$ bilhões



O excesso de liquidez nos mercados privados foi acompanhado por grande volatilidade. A instabilidade dos mercados, naquele período, foi atribuída à transição de uma “macroeconomia da globalização” para uma “nova arquitetura para o sistema financeiro internacional”, para usar as expressões comuns da época. Lawrence “Larry” Summers, então Secretário do Tesouro do Presidente Willian “Bill” Clinton, pressionava por políticas liberalizantes, com redefinição dos papéis do FMI e do Banco Mundial e redução significativa dos instrumentos de intervenção multilateral. O *risco moral* explicava sua concepção de que as crises se deviam a excesso de empréstimos a países levanos e não a carência de capital privado. Era preciso “tirar mais de menos” e desviar o foco dos recursos dos emergentes para os países mais pobres.

Isso implica recuar os comentários deste texto à segunda metade da década de 1990, quando ocorreram as crises Latino-americana e Asiática, que se espalharam para os demais países emergentes na virada do milênio. Ainda que com exceções, a Ásia concentrou suas crises nos anos 1990 e a América Latina nos anos 2000.

FMI - ACORDOS COM ACESSO EXCEPCIONAL posição em final de ano em US\$ milhões (posição original foi dada em DES milhões)



Em síntese, a virada dos Anos 2000 alterou a agenda dos países em desenvolvimento. Sujeitos a crises de novo tipo, era claro que o foco deveria ser posto na preservação e aprimoramento de alguns tipos de controles de capitais; na necessidade de maior regulação e supervisão de paraísos fiscais e *hedge funds*; no estudo de formas concretas de tributação de fluxos financeiros internacionais de curto prazo; e no envolvimento do setor privado na prevenção e solução de crises. Esses temas implicavam o enfraquecimento do Consenso de Washington.

A reação dos organismos internacionais, FMI e Banco Mundial, foi contrária a esse diagnóstico, ainda que o FMI tenha concedido os empréstimos solicitados naquelas crises. Mas, o sinal foi dado: essa seria uma última rodada antes da implantação das novas políticas. Suas ênfases foram postas na questão do combate à pobreza nos países de menor renda, com base nas *Metas do Milênio*: erradicação da extrema pobreza e fome, educação primária universal, igualdade de gênero, redução da mortalidade infantil, melhora da saúde materna, combate a doenças como HIV/AIDS e malária e sustentabilidade ambiental. Respondendo aos temores do tempo, combate ao terrorismo e apoio a países em situação de pós-conflito. Dos países emergentes, o que esperavam é que buscassem se financiar junto aos mercados privados. Os empréstimos oficiais ficariam mais caros e mais curtos. E que eles se juntassem aos países avançados no apoio aos países pobres.

Esse fundamentalismo econômico estava fadado ao fracasso, particularmente por ignorar o conhecido paradoxo da *Impossível Trindade*: taxas de câmbio flutuantes, fluxos livres de capital e políticas monetárias autônomas. Já se aceitava a convivência dos dois primeiros termos, câmbio flutuante e mobilidade de capitais, ainda que isso trouxesse grande volatilidade às taxas de câmbio. O que era incompatível com a lógica era a pretensão de os países emergentes terem uma política monetária própria sem contar com um emprestador internacional de última instância.

Nos dez anos seguintes, o organismo que melhor representou o papel de porta-voz dos interesses das nações industrializadas precisou se redesenhar. Um ponto importante foi sua inflexão teórica na questão da liberdade dos fluxos internacionais de capitais, que, até então, era central na sua visão de que essa liberdade era condição *sine qua non* para o desenvolvimento sustentado dos países em desenvolvimento. Meio a contragosto, o FMI passou a aceitar a ideia de controles de capitais, embora com várias restrições.

As pressões que vieram dos países menos desenvolvidos talvez não tenham sido tão importantes quanto aquelas que vieram do *Escritório de Avaliação Independente* do próprio FMI, a partir de 2001. Por isso, quatro documentos foram publicados no período de 2010 a 2012, em resposta a um grande volume de críticas, em que se destacam três. A

primeira foi a constatação de que os fluxos privados de capital aumentaram muito nos anos 2000, assim como sua volatilidade, particularmente desde o início da crise financeira global. A segunda foi o reconhecimento de que apenas alguns poucos centros financeiros internacionais (o “lado da oferta”) eram capazes de influenciar os níveis de liquidez global e o risco sistêmico daí decorrente e não a ênfase que o FMI punha nos descaminhos dos fluxos para países em desenvolvimento (o “lado da demanda”). Como consequência deste segundo ponto, a terceira crítica mostrou que as recomendações do FMI eram voltadas, exclusivamente, para os países emergentes, poupando os países avançados de qualquer reprimenda. Por tudo isso, o FMI aceitou que alguns controles de capital ocorressem em países em crise, desde que como *instrumento de última instância*. Primeiro, é claro, deveria ser esgotado todo o velho aparato do *Consenso de Washington*. O oposto do que pleiteavam os países em desenvolvimento, que viam ser necessário usar controles de capital como *instrumento de primeira instância*.

Se forem levadas em consideração todas as crises derivadas da ampla desregulamentação financeira, que induziram os países emergentes a aumentar significativamente suas reservas internacionais, entende-se o porquê de o G-7 propor a ampliação do foro de discussões da Governança Global para o G-20, que nasceu em 1999. O G-7 já não tinha capacidade de enfrentar essas crises sozinho. Em verdade, quem salvou o FMI de se tornar irrelevante e recuperar sua capacidade de empréstimos foi a crise mundial, onde ele assumiu o novo papel de braço operacional do G-20.

Fato é que a agressiva política neoliberal fez vítimas pelo caminho: primeiro, ruiu o mundo socialista; depois, quebraram os países emergentes. Dialeticamente, essa sucessão de crises já apontava para um momento futuro em que ela chegaria ao centro do sistema: o mundo desenvolvido. Uma história que foi contada nos Anos 2000.

2. As respostas que a Ásia e a Europa deram às crises da virada do milênio

Toda essa discussão trouxe descontentamentos e revoltas, ao redor do mundo. Já não teria mais do que chegado a hora de contestar essa ideologia privatista e concentradora de renda e riqueza? Três foram as consequências mais relevantes.

I. A Crise Asiática

Cunha (2004: 211/3) fala do duro golpe que várias economias do Pacífico Asiático sofreram nos anos 1990, depois de terem crescido entre duas e três vezes mais que a média

mundial por cerca de trinta anos. As mais atingidas foram Malásia, Indonésia, Filipinas, Tailândia e Coréia do Sul.

Tome-se o caso desta última. Sua política econômica era tida como exemplar e seu forte desenvolvimento era observado com atenção e respeito. Seu acesso a financiamentos privados era amplo, o que a induziu a reduzir os mecanismos de controle dos fluxos de entrada e saída de capitais. Como consequência, o financiamento doméstico foi sendo substituído por recursos externos, em geral de prazos mais curtos. Com o advento da crise e consequente suspensão de novos influxos de capital, a Coréia do Sul e os demais países da região foram excluídos dos mercados financeiros e submetidos a condicionalidades desconhecidas até então. Elas envolviam reforma nos sistemas financeiros, mudanças em padrões de governança corporativa e definições de políticas setoriais. Um grau de ingerência que provocou indignação nos governos locais.

Batista Jr (Folha de São Paulo, 14.06.2007) mencionou que os países do leste da Ásia eram mais avançados em cooperação financeira, mas não em integração regional. Esse quadro mudou por conta dos impactos da crise cambial e financeira de 1997-1998, que levou a esforços no sentido de criar instrumentos financeiros locais. A consequência mais imediata foi a tentativa de criação de um fundo monetário asiático, por iniciativa do Japão. A forte resistência dos Estados Unidos não permitiu que esse projeto fosse avante. Instrumentos efetivos, porém, foram criados no âmbito da *Iniciativa Chiang-Mai (ICM)*, onde os países da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) constituíram uma rede de acordos bilaterais de *swaps* cambiais, no ano de 2000, para prover financiamento de balanços de pagamentos em situação de emergência. A princípio, o fundo contou com US\$ 120 bilhões, que, logo em seguida, foi dobrado para US\$ 240 bilhões: 80% de seus recursos vieram da China (32%), Japão (32%) e Coreia do Sul (16%); 20% vieram dos dez membros restantes da ASEAN, aí incluídos Indonésia, Tailândia, Malásia e Filipinas. O montante não foi tão expressivo, mas sua composição deixou evidente o caráter de dar suporte local aos países mais frágeis da região.

II. A Crise na Zona do Euro

Quando a crise econômica global começou a apresentar seus efeitos, ainda em 2007, os Estados Unidos acharam bom o diagnóstico de que se tratava de uma crise de liquidez. Pragmaticamente, injetaram um mar de recursos em sua economia, sem cobrar nenhuma contrapartida do mercado. A fragilidade que seu sistema financeiro apresentava foi enfrentada com capitalizações públicas sob a forma de compra de ações preferenciais de seus bancos, sem direito de voto. A Zona do Euro mostrou as diferenças de convicções

que tinha com relação aos Estados Unidos. À medida que a crise começou a se espalhar dos *subprime* para os *prime*, ela atravessou o Atlântico atacando os países do Leste europeu, antes de passar à própria periferia do euro. Essa periferia estava altamente envolvida com os bancos ingleses, alemães e franceses. A capitalização pública ali foi de outra ordem: a compra de ações ordinárias com direito de voto. Em outubro de 2009, a Grécia quebrou; em 2010 e 2011, solavancos agitaram Portugal, Irlanda, Espanha (quarta maior economia do grupo) e Itália (terceira maior), dentre outros países menores. Naquela altura das coisas, até a França (segunda maior) parecia estar em risco.

A saída foi a criação de dois fundos para atender prioritariamente aos países sob ataque: o *Fundo Europeu de Estabilização Financeira (EFSF)*, em 2010, e o *Mecanismo Europeu de Estabilização (ESM)*, em 2012. Voltados a salvaguardar a estabilidade financeiro da Zona do Euro, eram, também, instrumentos de caráter fiscal. Sua capacidade empréstimos somava cerca de €1 trilhão. Essa sim, uma saída expressiva.

III. A Criação do BRICS

O BRICS, então formado por Brasil, Rússia, Índia e China, e mais adiante pela África do Sul, também tomou a iniciativa de criar um fundo monetário próprio (*Contingent Reserve Arrangement – CRA*), cujo tratado foi assinado em Fortaleza em julho de 2014 e ratificado no seu 7º Encontro de Líderes, em julho de 2015, ao lado de um novo banco de desenvolvimento (*New Development Bank – NDB*). Sua especificidade é a de não se ligar a qualquer região do mundo. Essa característica não se explica por laços estratégicos. O que unia os países eram aspectos táticos ligados ao processo de busca de ampliar sua participação no poder de votos das *gêmeas de Bretton Woods*, o que precisaria de definição na 14ª Revisão de Quotas do FMI.

Nessas alturas, estava claro que já não existia mais a cooperação internacional entre países avançados e emergentes, que ocorreu em 2008-2010, nas reuniões do G-20. As dificuldades postas em seus caminhos mostraram-se intransponíveis, o que os impeliu a buscar uma nova ordem monetária internacional.

O CRA nasceu com o objetivo prover proteção contra pressões globais de iliquidez. Seu capital foi fixado em US\$ 100 bilhões, sendo que Brasil, Índia e Rússia contribuíram com US\$ 18 bilhões cada, que lhes dá acesso ao mesmo montante de recursos e um pequeno acréscimo no poder de voto (18,10% cada). O maior contribuinte foi a China, com US\$ 41 bilhões, que lhe dá acesso a somente US\$ 21 bilhões e cujo poder de voto é de 39,95%. A África do Sul contribuiu com US\$ 5 bilhões, que lhe dá acesso a US\$ 10 bilhões e poder de voto de 5,75%. O acesso total é de US\$ 85 bilhões.

O NDB, por seu turno, começou com um capital de US\$ 50 bilhões, distribuído em cinco quotas de US\$ 10 bilhões, representativas de 18,98% cada. Além dos cinco primeiros países, Bangladesh, Egito e Emirados Árabes Unidos também se associaram, com quotas menores de US\$ 942 milhões, US\$ 1.196 milhões e US\$ 556 milhões, respectivamente, representativos de 1,79%, 2,27% e 1,06%.

Numa época em que os países avançados voltaram a atenção do Banco Mundial para os países mais pobres, para conflitos internacionais e para combate ao terrorismo, é interessante observar que os objetivos do NDB dirigem-se para infraestrutura e para projetos de desenvolvimento sustentável: infraestrutura de transporte, água e saneamento, proteção ambiental, infraestrutura social e infraestrutura digital.

3. Como a América do Sul reagiu aos novos desafios monetários?

A região não apresentou soluções do calibre daquelas construídas na Ásia e na Europa. Não poderia fazê-lo por falta de meios ou de vontade. Algumas iniciativas foram tentadas e abandonadas à medida que as tendências políticas da região foram mudando e a crise global arrefeceu. Por isso, aqui não se retomará as questões da criação de um Banco do Sul e da Corporação Andina de Fomento (CAF), depois denominada de Banco de Desenvolvimento da América Latina. Por sua pouca relevância também não será tratada a atuação de fundos como o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA), o Fundo Latino-americano de Reservas (FLAR) ou o Fundo para Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM).

Três questões serão consideradas: (I) a substituição do Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos (CCR) pelo Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML); (II) a possibilidade de novos países da América do Sul se tornarem sócios do BRICS; e (III) as conversas com o Mercosul e entre os países amazônicos em torno da questão ambiental.

I. Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos (CCR) e o Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML)

O CCR foi uma iniciativa da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), que entrou em funcionamento em 1982, com o objetivo de promover a integração comercial e de funcionar como um sistema de compensação de pagamentos em dólares. Ele foi importante na década de oitenta, quando os países da região (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela) estavam excluídos dos mercados privados de créditos e havia escassez de moeda estrangeira. Por isso, os bancos centrais desses

países assumiram a gestão do CCR, cuja cobertura envolvia entre 70% e 80% dos valores do comércio regional.

Da década de noventa em diante, o quadro mudou: os países do convênio já tinham sido reincorporados aos mercados privados, do que resultou baixa contínua da cobertura do sistema: 40% em 2001; 25% em 2003; abaixo de 5%, após 2006. Em poucas palavras, além de ter-se tornado irrelevante do ponto de vista comercial, suas compensações só ocorriam a cada quatro meses, o que ficava cada vez mais incompatível com as práticas comerciais, cujos pagamentos começaram a ocorrer em prazos muito mais curtos. Por isso e também por conta das tendências contemporâneas de evitar que os riscos do setor privado sejam transferidos para o setor público, o Banco Central do Brasil optou por se desligar do convênio em abril de 2019, por meio de Circular nº 3934, de 03.04.2019, logo em seguida revogada, e pela Resolução BCB nº 210, de 22.03.2022.

Não é tão simples assim sair de um sistema de integração regional, numa época em que o mundo busca novas formas de acordos monetários e de instituições voltadas ao financiamento do desenvolvimento econômico. Por isso, a saída do Brasil do CCR acabou impondo a necessidade de estimular o SML, que começou a operar entre Brasil e Argentina em outubro de 2008. Ele difere do CCR por se destinar a operações comerciais em moeda local, não mais em dólares. Posteriormente, mais dois contratos foram assinados com o Uruguai e Paraguai, com algumas diferenças nas suas abrangências, basicamente com a inclusão de transferências monetárias.

A participação do comércio bilateral em moeda local ainda é pequena e quase toda ela representada por exportações brasileiras, que passaram de 2% das vendas para a Argentina em 2009, para 6% em 2012. Saltando para 2022, essas exportações continuaram em cerca de 5% e de 6%, entre janeiro e junho de 2023. Nesses dois últimos períodos, a exportação para o Uruguai foi de 2% e de 7% e para o Paraguai de 4% e 6%. As importações brasileiras em SML são desprezíveis para Argentina e Uruguai e não chegam a 2% com o Paraguai.

O que fica claro dos números do SML é que o grande volume das exportações brasileiras se deve à valorização do Real frente ao Peso Argentino, ao contrário dos exportadores argentinos com relação a um peso que se desvaloriza. Para eles, neste período de grave escassez de divisas internacionais, o que se impõe é uma busca de exportações em dólares e uma importação em pesos. Pode-se, então, tirar uma lição: os sistemas de pagamentos em moedas locais parecem funcionar no longo prazo somente se suas moedas forem menos voláteis que a moeda global.

De todo modo, as limitações do sistema favorecem o aparecimento de novas propostas. Troster (Valor, 20.07.23:A13), por exemplo, espera que Brasil e Argentina atinjam maior nível de integração. Para tanto, seria necessária uma reestruturação da arquitetura financeira de seu comércio. Seu plano tem seis pontos: (I) fazer um convênio de crédito recíproco, que funcione como câmara de compensação entre débitos e créditos, cujas diferenças sejam feitas periodicamente pelos saldos; (II) o convênio deve cobrir o risco-país, não o risco-empresa, que deve ser garantido por instituições financeiras ou seguro de crédito; (III) Colocar limites e registrar saldos em Reais e Pesos, corrigidos pelas taxas básicas de juros de cada país e se limites de crédito forem superados fazer liquidação extra mensal; (IV) revisar limites de crédito a cada 180 dias; (V) fazer as liquidações pelo SML, administrado pelos bancos centrais; e (VI) proibir triangulações, em que um país importe um bem de terceiro país e o reexporte ao parceiro.

A proposta tem aspectos interessantes, ainda que pareça levar o Brasil de volta ao passado, nos itens I e III, na questão dos prazos para pagamento, um ponto que esteve no centro da decisão do Brasil em deixar o CCR. No item II, seria interessante especular acerca do custo que as empresas teriam de incorrer em seguros de crédito. Finalmente, como conciliar a volta de um convênio de crédito recíproco e seus prazos de liquidação do item I, com a forma de liquidação pelo SML, do item V. Pelo SML, as liquidações se dão dentro do próprio sistema que faz a conversão pela Taxa SML. Seria bom explicar melhor o significado no exposto no item V: o sistema é “administrado pelos bancos centrais”, algo que no Brasil de hoje não é bem aceito.

II. Novos acessos ao BRICS

Uma nova geopolítica está em curso. Pelo lado da grande potência ocidental, os Estados Unidos, há desencanto com os anos de estímulo à globalização. Por muitos anos, a China foi vista pelas empresas americanas como um reservatório de mão-de-obra barata, que se apresentava como alternativa aos altos custos do trabalho doméstico. A esperança, meio superficial, parecia ser que, por meio do comércio, a potência oriental sucumbiria ao modelo democrático ocidental. Pelo menos, essa era a promessa neoliberal. Passada essa vã esperança, o governo Biden começou a abandonar o modelo de desregulamentação ampla e a adotar um modelo produtivista de forte intervenção nos mercados de produção e trabalho. Estímulos têm sido dados à volta de suas empresas do exterior para países próximos de seu território, o chamado *nearshoring*, e também para países mais alinhados com seus interesses, o *friendshoring*. Pelo lado da China, o contexto

é o do confronto com o Ocidente. Por isso, a busca de nova conformação das relações internacionais retratadas na Iniciativa do Cinturão e da Rota (BRI na sigla em inglês) e também do BRICS. Esse parece ser o contexto mais amplo na nova geopolítica, que, na Cúpula de Joanesburgo, se apresentou sob a forma da ampliação dos membros do BRICS.

Como esses contornos se refletem junto a mercados emergentes importantes? O México parece ser o principal beneficiado pela proximidade com os Estados Unidos. Sua escolha parece lógica. Chile e Colômbia têm procurado alinhar suas políticas com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o que talvez os levem para esse mesmo caminho. Há, porém, ao menos treze países que já manifestaram desejo de aderir ao BRICS: Arábia Saudita, Irã, Indonésia, Argentina, Bangladesh, Cazaquistão, Comores, Cuba, Egito, Emirados Árabes Unidos, Gabão, Guiné-Bissau e Congo. Não houve acordo de adesão no encontro do grupo em julho e a questão foi postergada para agosto (Thedim, Valor, 26.07.2023:A14).

A simples enumeração dos candidatos e seu histórico de posicionamentos políticos indica que há, pelo menos, duas posições conflitantes. Rússia e China lutam para dar novo conteúdo ao grupo e dirigi-lo para uma posição de contraposição ao mundo ocidental. Brasil e Índia preferem se manter neutros. A Índia acaba de fazer uma viagem aos Estados Unidos e o vê como seu maior parceiro comercial. O Brasil, por seu turno, tem na China seu maior parceiro. Somente no período de 2021 e 2022, sua corrente de comércio somou US\$ 285,6 bilhões, com um saldo positivo na corrente de comércio de US\$ 69 bilhões. Quadro diferente com os Estados Unidos: no mesmo período, uma corrente de comércio de US\$ 159,2 bilhões, mas com um déficit de US\$ 22,2 bilhões. Por isso, o Brasil acaba de fazer um acordo com a China em operações comerciais bilaterais em yuan e real. Como se posicionarão os demais candidatos? Alguns são tradicionais parceiros dos norte-americanos, outros da Rússia e China, outros, ainda, talvez vejam apenas boas oportunidades de alavancar recursos do NDB em projetos de desenvolvimento econômico e do CRA, em situações de emergência monetária.

O caso da Argentina, por exemplo, deixou claro que o SML não é um foro apropriado para tratar de suas dificuldades financeiras. Tudo parece indicar que sua preferência se dê em favor do BRICS, ao menos por dois motivos. O primeiro tem a ver com as condicionalidades a ela impostas pelo FMI, em contrapartida ao plano de resgate da economia local, que vive grave inflação e apenas começa a sair de uma seca de dimensões históricas, que afetou sua capacidade de pagar os compromissos externos. O segundo, porque a China está emprestando yuans para a Argentina pagar sua dívida em Direitos Especiais de Saque (DES), o que é válido desde que o Yuan se tornou parte da

cesta de moedas do FMI. Drummond (Carta Capital, 26.07.2023:34/37) lembra com propriedade que o emprestador de última-instância mundial é o FMI e que essa operação transfere uma dívida da Argentina com o organismo multilateral criado em Bretton Woods para a China. Esta tornou-se assim, em parte, um novo emprestador de última instância. Obviamente, a operação será vantajosa para a Argentina sempre que as condicionalidades impostas por Pequim forem menos fortes que aquelas do FMI.

Nos momentos que antecederam a Cúpula da África do Sul, a questão do ingresso de novos membros do BRICS não era consensual. Batista Jr (31.07.2023) contestou essa tendência de aceitação pura e simples, apesar de muitas pessoas, inclusive no Brasil, serem favoráveis ao tema como parte da consolidação de um mundo multipolar e da superação da hegemonia ocidental. O autor afirmava que isso não interessava ao BRICS, porque tornaria mais complicada a definição de suas estratégias, particularmente se entrassem países pequenos, menos independentes e mais vulneráveis a pressões ocidentais. Com os cinco atuais que têm em comum dimensão econômica, populacional e geográfica, já não vinha sendo fácil avançar nos desejados rumos do grupo.

Nessa configuração já haveria desequilíbrio entre a China e os demais membros, o que se agravaria com novos entrantes. Por isso, sua proposta era a de acelerar a entrada de novos membros somente no NDB, uma vez que Emirados Árabes, Egito e Bangladesh já o fizeram. Paralelamente, “formalizar e ampliar o mecanismo já existente do BRICS+, que permite a participação de não-membros nas atividades do grupo, inclusive nas cúpulas anuais” (Batista Jr, idem). Vários países já participaram informalmente nas últimas reuniões. A ideia seria a de formalizar essa participação, mas não a de aceitá-los no núcleo decisório do órgão.

Essa argumentação não prevaleceu. Terminada a reunião de Joanesburgo, foi vitoriosa a tese de ampla expansão do grupo de países entrantes. Num primeiro momento, seis deles foram convidados a participar do BRICS: Arábia Saudita, Argentina, Egito, Emirados Árabes, Etiópia e Irã. De quem partiram essas escolhas e porquê? Consta que Arábia Saudita e Irã se reaproximaram politicamente há pouco tempo, por meio de intermediação da China. Esses dois países são importantes na questão do petróleo, assim como os Emirados Árabes. Trata-se de colocar um cravo na produção de petróleo, que é negociada em dólares pela Arábia Saudita e pelos Emirados? O Egito, por seu turno, já faz parte do NDB, ao lado dos Emirados e Bangladesh. O Brasil apadrinhou a Argentina e a África do Sul a Etiópia.

Como resultado, os números grandes mostram que o G-7, grupo que domina o mundo desde o fim da 2ª. Guerra Mundial, respondeu, em 2022, por 44% do PIB mundial

e 10% da população, ao passo que o BRICS produziu 26% do PIB mundial e 41% da população. O quadro muda substancialmente se for considerada a paridade do poder de compra (PPP): o G7 registra 30% do total, contra 32% do BRICS atual (no novo BRICS, 36% do PIB e 46% da população). E esses números são crescentes por conta da China, ainda que com ritmo menor de crescimento, e da Índia, quinta maior economia do mundo e em rápida aceleração. Não se pode dizer o mesmo do G-7 (quadro abaixo).

PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) MUNDIAL
US\$ bilhões e Purchasing Power Parity

POPULAÇÃO
milhões

	2022 US\$ correntes	2022 US\$ PPP	2022
Mundo	100.218.398	163.570.095	7.975,11
G7	43.779.881	49.691.977	775,24
BRICS ATUAL (1)	26.031.580	51.633.486	3.250,66
China	18.100.044	30.216.990	1.425,89
Índia	3.386.403	11.855.390	1.417,17
Rússia	2.215.294	4.771.269	144,71
Brasil*	1.924.134	3.837.239	203,00
África do Sul	405.705	952.598	59,89
NOVOS ENTRANTES (2)	3.195.738	7.833.190	414,28
Arábia Saudita	1.108.149	2.150.474	36,41
Emirados Árabes	507.535	828.258	9,44
Egito	475.231	1.674.652	110,99
Etiópia	120.369	357.509	123,38
Irã	352.213	1.596.869	88,55
Argentina	632.241	1.225.428	45,51
NOVO BRICS (1)+(2)	29.227.318	59.466.676	3.664,94

* população segundo Censo, nas estatísticas do FMI seriam 215,31 milhões

PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) MUNDIAL
Porcentagem do total

POPULAÇÃO
% do total

	2022 US\$ bi correntes	2022 US\$ bi PPP	2.022
G7	44	30	10
BRICS ATUAL	26	32	41
NOVO BRICS	29	36	46

fontes: World Economic Outlook Database (WEO/IMF) para PIB e data.un.org - Mid-year population estimates and projections para POP. Dados de 28.08..2023

O que aproxima os novos países? Não se pode dizer que todos são parte do Sul Global. Também não se pode afirmar que eles se oponham ao ordenamento comandado pelo Ocidente. No passado, já houve alguns grupos de países autoproclamados de “não alinhados” e outros, como o G-24, que inclui países em desenvolvimento da África, América e Ásia e se faz representar nas reuniões do FMI/Banco Mundial. Parece mais realista dizer que a nova conformação do BRICS atende aos propósitos da China em usar de seu poder econômico para redesenhar a ordem mundial.

Kynge (Valor, 26.08.23:A18) afirma que a China exportou, pela primeira vez na história, mais para o mundo em desenvolvimento que para o conjunto dos Estados Unidos, Europa e Japão. Por isso, soa relevante levar em conta, mesmo que com cautela, o discurso do líder Xi-Jinping em fórum de 2021: “A China sempre será um membro da família dos países em desenvolvimento [...] Continuaremos a fazer o máximo para aumentar a voz das nações em desenvolvimento no sistema de governança mundial” (idem). Em poucas palavras, é como se a segunda maior potência do mundo continuasse a se sentir como um país em desenvolvimento.

Outro tópico, o de uma eventual nova moeda para o comércio entre os países-membros do BRICS, não teve desdobramentos relevantes. Em verdade, fala-se na possibilidade de buscar elementos para a criação de uma nova moeda nesse grupo, que dispense o uso do dólar. O assunto ainda não chegou a um nível que o torne viável.

A história ensina que poucos países conseguiram impor sua moeda ao resto do mundo. Assim foi com a libra-ouro, no século XIX e com o dólar, a partir do século XX. Contestações ao “poder exorbitante” do dólar sempre existiram, com maior ou menor sucesso. Na prática, o que se tem é o euro, a moeda de um bloco econômico cujo poder se manifesta nas posições totais dos setores bancários e não bancários (empréstimos e emissão de títulos de dívida), onde já representa cerca de um terço do total das moedas conversíveis (contra 45% do dólar) além de ocupar papel relevante na alocação de reservas internacionais: cerca de 20%, contra 59% do dólar e no comércio de bens e serviços. Na sequência, aparecem o iene japonês e a libra inglesa.

Mais recentemente, avanços foram feitos pelo yuan chinês, que se tornou parte da cesta de moedas do FMI e que vem crescendo de importância dentre as principais moedas conversíveis. Sua participação nos negócios internacionais já o levou para a cercania da libra e do iene. Seu comércio vem crescendo por conta da Iniciativa do Cinturão e da Rota e também na América do Sul. No caso brasileiro, Watanabe (Valor, 31.08.2023:A10), cita Tatiana Prazeres, Secretária de Comércio Exterior, que divulgou estudo que mostra que o dólar denominou 90% da corrente de comércio do Brasil, em 2022, o que implica que cerca de 10% está referenciado a moedas alternativas: euro, real e outras, aí incluído o yuan (0,4% do total). Assim, a corrente de comércio em euros alcançou US\$ 30 bilhões, US\$ 21 bilhões em reais, em boa medida pelas operações no Sistema de Moedas Locais (SML), e US\$ 1 bilhão em yuans. A Secretária entende que as medidas anunciadas pelo presidente Lula podem impulsionar a moeda chinesa.

Afinal, com as sanções feitas pelo Ocidente à Rússia, a China aumentou muito suas importações do petróleo russo, pagando-o em yuans. A Argentina acaba de fazer um

empréstimo em yuans que serviu para pagar parte de sua dívida com o FMI. O Brasil tem mantido grande superávit comercial com a China por conta de seu comércio com soja, carne e ferro, por exemplo. Pode manter parte de suas reservas em yuans. O que poderá impedir, então, que o Brasil negocie com Argentina em yuans?

É de se esperar que o futuro próximo seja dominado pelo dólar, pelo euro e pelo yuan. O desenvolvimento de moedas locais depende de elas manterem uma estabilidade próxima a do padrão monetário mundial. Na prática, a moeda BRICS será o yuan.

III. Acordo Mercosul/U.E., Países Amazônicos e Questão Ambiental

A assinatura de um acordo Mercosul/U.E. já se arrasta há anos. Não caminhou no governo passado. Foi reposta pelo governo atual, que tenta acelerar o processo por ver que há possíveis defecções internas, como é o caso do Uruguai, que prefere alterar o Mercosul e avançar um novo acordo com a China.

O que parecia possível se tornou difícil à luz de uma “*side-letter*” acrescentada ao texto do acordo. Pelo lado da UE, uma nova regra antidesmatamento proíbe importações de produtos com origem em áreas desmatadas. O Regulamento da União Europeia para Produtos Livres de Desmatamento (EUDR na sigla em inglês) foi aprovado pelo Parlamento Europeu e está em vigor desde 29.06.23. Gombata (Valor, 02.08.23:A18) informa que as maiores críticas dos setores afetados envolvem não saber como atender a essas normas e que elas são mais rigorosas que o Código Florestal brasileiro; ou seja, que a legislação externa se sobrepõe à legislação interna. As contas falam que serão impactados 356 produtos brasileiros, em sete cadeias produtivas: café, soja, carne bovina e couro, cacau, madeira e papel, óleo de palma e borracha. A Secretária de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo do Ministério da Agricultura e Pecuária, Renata Bueno, afirma na mesma reportagem do Valor que:

Essa é uma lei, com efeito de contrato, unilateral, discriminatória, de aplicação extraterritorial, que não garante efeito sobre a redução do desmatamento e nem tampouco valoriza as práticas sustentáveis ou a conservação ambiental. [Por traz da suposta defesa do meio ambiente haveria uma] disputa econômica, com instrumentos de protecionismo.

A Folha de São Paulo/Reuters (02.08.23:A18) informa que a resposta brasileira à *side-letter* europeia envolverá um pedido de reequilíbrio nas cotas concedidas. “Se alguma concessão for retirada, ela precisa ser compensada” diz a matéria. Mas, como parece que isso seria dirigido ao Brasil, como ficariam os demais sócios do Mercosul? Além disso, isso poderia levar à reabertura de todo o capítulo de acesso a mercados.

Impensável, segundo as partes, voltar a algo que foi fechado em 2019. Como essa novela já cansou, melhor dirigir o foco para o que importa: a Amazônia.



Os mapas mostram a extensão do problema: a floresta amazônica ocupa 47% do território sulamericano. Ela diz respeito a nove países: Brasil (61,8% do total), Peru (11,4%), Bolívia (8,4%), Colômbia (6%), Venezuela (5,6%), Guiana (2,5%), Suriname (1,7%), Equador (1,6%) e Guiana Francesa (1%), conforme Brasil Escola (dados extraídos em 04.08.2023). Segundo a ONG The Nature Conservancy (TNC), seu território ocupa 6.700.000 km² (64% do território da Europa) e é lar de 180 etnias de povos indígenas e cerca de 14 milhões de famílias urbanas e rurais, que convivem com variadas espécies: 40 mil de plantas, 400 de mamíferos, 1300 de pássaros e 3000 de peixes. Cerca de 20% desse território já teria desaparecido, em função da expansão inadequada do agronegócio, da extração de madeira e de projetos econômicos. Esses números são aproximados, porque outras fontes divergem, o que indica haver desconhecimento acurado da situação.

Em 03.07.1978, oito países assinaram o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), com o objetivo de promover o desenvolvimento harmônico e sustentável do território amazônico. Esses oito países da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), da qual a Guiana Francesa não faz parte, começaram a discutir a possibilidade de criar metas comuns de desmatamento e queimadas em Belém, a partir de 04.08.2023, na Cúpula da Amazônia (Gabriel, 02.08.23:B6). O desmatamento zero foi a questão central, mas não a única. Atenção foi dada à exploração de petróleo, à recuperação de áreas de pastagens degradadas, ao reflorestamento e a projetos econômicos, como infraestrutura e mineração, sem esquecer da necessidade de combate ao crime organizado. Tudo isso afeta a capacidade de a floresta reter carbono e acelera o aquecimento do planeta, que já é sentido nas recorrentes catástrofes ambientais.

Para se ter uma ideia da complexidade dos temas, a Imprensa tem destacado algumas divergências de peso. O Brasil, por exemplo, deixou explícita a falta de consenso na questão da exploração de petróleo na bacia formada pela foz do rio Amazonas. Há um interesse econômico forte da União, dos Estados da região e da Petrobras em iniciar pesquisas acerca da viabilidade dessa exploração, em contraposição aos órgãos ambientais e ao próprio Ministério do Meio Ambiente. No plano regional, o Presidente da Colômbia, Gustavo Petro, externou ao Presidente Lula sua vontade de que o grupo não leve adiante esse tipo de projeto (Gabriel, idem). O Presidente do Equador foi na mesma linha de argumentação afirmando que faria um plebiscito no dia 20.08.23 para definir se haverá continuação das atividades de exploração de petróleo na reserva florestal de Yasuni e sobre mineração na floresta de Cho Andino (Valor, 01.08.23:A9).

Como era de se esperar, a Declaração de Belém assinada pelos países da OTCA, em 08.08.2023, confirmou as aproximações e divergências que já haviam sido expostas nas reuniões preparatórias para a Cúpula. Os dois pontos principais, desmatamento e exploração de petróleo, derivaram de uma mesma perspectiva: como enfrentar os problemas dos países mais pobres da região? Isso ficou claro logo nos parágrafos iniciais do documento, onde se condena a “proliferação de medidas comerciais unilaterais que, com base em requisitos e normas ambientais, resultam em barreiras comerciais [...] que afetam principalmente os pequenos produtores em países em desenvolvimento...” (Chiaretti & Garcia, Valor, 09.08.23:A6).

Por conta das dificuldades enfrentadas pelos países mais pobres, foi criada uma Aliança Amazônica de Combate ao Desmatamento, mas não se definiram metas de desmatamento zero. Paralelamente, a questão de bloqueio à exploração de petróleo na região também não avançou, apesar da bem recebida fala do presidente Petro contra o “negacionismo progressista”. O Brasil precisa se definir, porque consta que há divergências dentro do governo: será possível enfrentar o combate à pobreza por meio de uma exploração sustentável que exclua exploração de energia fóssil e mineração?

Houve sinalizações positivas, também. Ficou explícito que é preciso evitar o “ponto de não retorno da floresta”, algo como 20% de queimadas e desmates, que tornaria impossível a manutenção da floresta úmida tropical, que se converteria em uma savana brasileira, um cerrado mais seco. Outro ponto foi a criação de um sistema de controle de tráfego aéreo para monitorar e combater o narcotráfico. A garantia dos direitos dos povos indígenas aos territórios que habitam foi, também, um ponto forte do documento.

Para finalizar, por ora, resta a questão do Fundo Amazônia. Maes (Folha, 24.07.2023:B4) informa que esse fundo, criado em 2008, já arrecadou R\$ 3,4 bilhões

vindos da Noruega (R\$ 3,2 bilhões), Alemanha (R 197 milhões) e Petrobras (R\$ 17 milhões). Até agora, já estariam comprometidos R\$ 1,7 bilhão com 102 projetos. Com a parada das aprovações de projetos no governo anterior, os recursos ficaram aplicados no mercado financeiro e, atualmente, haveria R\$ 3,9 bilhões disponíveis. Além disso, há promessas de novos aportes no total de R\$ 3,2 bilhões por parte da Alemanha, Estados Unidos, União Europeia e Suíça. Esses repasses ainda não chegaram ao BNDES, gestor do Fundo, mas, por enquanto, a demora é vista apenas como uma questão de burocracia.

Os recursos não são irrisórios se a destinação for fiscalização ambiental, mas são escassos no plano maior do desenvolvimento de uma nova economia na Amazônia.

Considerações finais

Este texto procurou destacar alguns movimentos importantes por seus reflexos na esfera da governança global. Sinteticamente, ele aponta para a construção de uma nova geopolítica mundial que foca nos interesses dos países em desenvolvimento, a partir de eventos econômicos e políticos marcantes ocorridos nos últimos anos do milênio anterior.

Em primeiro lugar, a história registra que a crise dos países emergentes na década de 1990 se deu como resultado de mudança expressiva no padrão de financiamento dos países de renda média. Aquela foi uma época de grande liquidez de recursos privados internacionais, o que foi aproveitado pelo FMI/Banco Mundial como justificativa não só para retirar os países emergentes de suas preocupações, como para induzi-los a se juntar aos países avançados no apoio aos países mais pobres. Nesse contexto, o G-7 fez saber que não tinha mais condições de enfrentar os desafios à frente. Por isso, o G-20 foi criado como instância máxima da governança global. O FMI tornou-se seu braço operacional.

Em nenhum momento, os Organismos Multilaterais pareceram considerar que a abundância de recursos trouxe consigo uma também “abundante” volatilidade. Assim, no ápice da crise econômica global houve consenso na reunião do G-20 em Londres, em 2009, de fazer aporte de vastos recursos aos países mais frágeis financeiramente. Logo em seguida, porém, as reuniões do G-20 em Toronto (jun.2010) e Seul (nov.2010) recuperaram o dissenso ao reintroduzir preocupações de caráter fiscal. Ficou evidente que a cooperação internacional entre países avançados e emergentes já não mais existia.

Por isso, Ásia e Europa entenderam ter chegado a hora de criar seus próprios instrumentos de proteção contra crises de balanço de pagamentos e de estímulo a projetos sustentáveis de desenvolvimento econômico. É de se destacar a preocupação da Iniciativa Chiang-Mai e do BRICS de priorizar seus países mais frágeis financeiramente, por meio de medidas financeiras em um Acordo Contingencial de Reservas (CRA, na sigla em

inglês), uma alternativa a um fundo monetário asiático, como também o de apoiar projetos de desenvolvimento econômico, por meio de um Novo Banco de Desenvolvimento (NDB, na sigla em inglês), um banco de desenvolvimento para projetos sociais e de infraestrutura, apartado das políticas que o FMI e o Banco Mundial passaram a defender e que se baseavam em metas para o novo milênio.

Nos anos subsequentes, as discussões levantadas durante a crise econômica global foram abandonadas depois que se parou de falar dela por volta de 2014. Sua volta agora reflete a percepção de que aquela crise não havia sido superada de todo e que, de lá para cá, o pessimismo com as coisas da política e da economia só tem se agravado. É nesse contexto que se deve abordar as mudanças no BRICS e o que fazer do Mercosul e da OTCA, particularmente se a questão tiver que focar na crise ambiental da Amazônia.

A nova composição do BRICS foi o ponto que mereceu mais destaque na Cúpula ocorrida na África do Sul, neste mês de agosto de 2023. Ela ocorreu, portanto, em um momento em que o mundo parece estar se movendo para uma nova geopolítica, em resposta às pressões crescentes derivadas dos desencontros entre os Estados Unidos e a China e da guerra Rússia-Ucrânia, que redesperta medos amortecidos de conflitos nucleares. Por isso, após um período em que o BRICS não fez movimentos no sentido de aprofundar um novo polo de poder, ele apertou o acelerador em resposta a manifestações de muitos países médios e pequenos a favor de aderir ao grupo.

Nos momentos antecedentes ao encontro, a imprensa mundial registrava que Rússia e China eram favoráveis a novas adesões e a aprofundar o caráter de instituição antagônica ao mundo ocidental. A África do Sul parecia simpática a essa ideia, particularmente se pudesse influenciar o grupo na valorização de algum estado nacional africano. Índia e Brasil defendiam neutralidade.

O resultado final da Cúpula nada trouxe de surpreendente: prevaleceu a posição chinesa de expandir a adesão de novos países ao BRICS, dentro de um horizonte de tempo razoável. E nem se pode alegar que o caráter antiocidental da iniciativa traz algo de novo. Desde seu nascimento, já era clara a insatisfação dos membros originais com relação às políticas neoliberais adotadas pelo FMI e Banco Mundial. Resta saber se haverá aportes substantivos no CRA e, principalmente no NDB, de modo a repor em cena o debate dos níveis de apoio financeiro a países com problemas de balanço de pagamentos e de financiamento ao desenvolvimento de suas estruturas econômicas e sociais.

Na esfera das discussões acerca de novas moedas que se contraponham ao dólar, prevaleceu o realismo. É estreito o funil para se tornar moeda de aceitação mundial, particularmente como meio de pagamento e reserva de valor. Nos mais de duzentos anos

da história recente do capitalismo, só a libra e o dólar conseguiram se afirmar. O yuan está se propondo ser a próxima. Poderio econômico e determinação política falam a favor de seu projeto. Por enquanto, a moeda crescente no novo BRICS deve ser o yuan.

Um último ponto é o que fazer de um projeto de integração regional cujas discussões já estão muito avançadas em anos sem que se tenha chegado a um consenso: deve o Mercosul insistir num acordo com a União Europeia ou abandoná-lo em favor de discussões mais concretas no seio da OTCA? Em nome da causa ambientalista, o que pode estar ocorrendo é uma contraproposta, a tal *side-letter*, que, se aceita, levará nossos países a se abrir para os produtos industriais europeus, com riscos claros de desindustrialização ainda maior no Brasil, para ganhar cotas agrícolas que ficarão sujeitas a regras desenhadas na Europa. O que há da parte do Mercosul, mais especialmente do Brasil, é uma preocupação em tratar da Amazônia não apenas como uma tópico ambiental, mas também econômico e social, por envolver milhões de seres humanos que lá habitam em condições de pobreza. Pela parte da U.E. é evidente sua desconfiança em financiar projetos de desenvolvimentos sustentáveis em áreas protegidas.

Talvez seja melhor o país se dedicar a uma agenda mais ampla, como já apareceu em análises jornalísticas, que é o fato de que o governo brasileiro não pretende se manter no âmbito regional dos países amazônicos. Ele deseja dar protagonismo mundial ao país. Há florestas tropicais na África e na Ásia. A República Democrática do Congo, a República do Congo e a Indonésia são exemplos de países que já foram atraídos para assinatura de acordos de proteção de suas próprias florestas. Quando o assunto é o enfrentamento do aquecimento solar, ter florestas é ter bons ativos.

Referências bibliográficas

Batista Jr, Paulo Nogueira. *Fundo Monetário Asiático?* Folha de São Paulo, 14.06.2007.

_____. *Ampliação dos Brics?* <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/ampliacao-dos-brics-por-paulo-nogueira-batista-jr>, 31.07.2023.

Brasil Escola. *Floresta Amazônica: características e desmatamento.* <https://brasilecola.uol.com.br>.

Chiaretti, Daniela & Garcia, Rafael. *Declaração de Belém ignora meta de desmate.* Valor Econômico. 09.08.2023:A6.

Cunha, André Moreira. *Iniciativa de Chiang Mai – integração financeira e monetária no Pacífico Asiático.* Revista de Economia Contemporânea; RJ, jan/jun 2004: 211-245.

Drummond, Carlos. *Cara ou Coroa.* Carta Capital; SP, 26.07.2023, nº 1269: 34/37.

Folha de São Paulo. *Brasil quer compensação para produtos atingidos por lei da UE.* 02.08.2023:A18.

FMI. *World Economic Outlook Database*. Dados de PIB extraídos em 28.08.2023.

Gabriel, João. *Cúpula da Amazônia buscará meta única de desmatamento, afirma Itamaraty*. Folha de São Paulo, 02.08.2023: B6.

Gombata, Marsilea. *Regra antidesmatamento da União Europeia provoca apreensão no agronegócio*. Valor Econômico, 02.08.2023:A18.

Kynge, James. *China usa poder econômico e seduz Sul Global para redesenhar ordem mundial*. Valor Econômico/Financial Times, 26.08.2023:A18.

Maes, Jéssica. *Com Promessa de R\$ 3 bi, Fundo Amazônia ainda não teve novos repasses*. Folha de São Paulo, 24.07.2023:B4.

Rugitsky, Fernando (Oct.23, 2020). *The Decline of Neoliberalism: a play in three acts*. Brazilian Journal of Political Economy, vol.42, nº 4, outubro. dezembro /2022.
<https://www.doi.org/101590/0101-31572020-3202>.

Summers, Lawrence. *Building an International Financial Architecture for the 21th Century*. Cato Journal, vol. 18, nº 3, p321-329, 1999.

The Nature Conservancy (TNC).<https://www.tnc.org.br>. Dados extraídos em 04.08.2023.

Thedin, Liane. *Novos emergentes ofuscam Brics em busca de voz global*, Valor Econômico, 26.07.2023: A14.

Troster, Roberto Luis. *Proposta para uma Maior Integração*. Valor, 20.07.2023:A13.

United Nations. *Data.un.org. Mid-year population estimates and projections*. 28.08.2023

Valor Econômico. *Equador poderá barrar atividades na Amazônia*.09.08.2023:A9.

Watanabe, Marta. *Dólar domina 90% da balança comercial brasileira*. Valor Econômico, 31.08.2023:A10.